



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 356-A, DE 2025 **(Do Sr. Padovani)**

Dispõe sobre a autorização para produção e comercialização de produtos e serviços HALAL no território nacional e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. BETO RICHA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;

DEFESA DO CONSUMIDOR; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado PADOVANI

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Dep. Padovani)

Dispõe sobre a autorização para produção e comercialização de produtos e serviços HALAL no território nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a produção, a comercialização, a importação e a exportação de produtos e serviços classificados como HALAL no território nacional, desde que atendam aos critérios e especificações estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se produtos e serviços HALAL aqueles que são preparados, processados, transportados, armazenados e comercializados de acordo com os preceitos da lei islâmica, conforme as normas e certificações reconhecidas internacionalmente.

Art. 3º São critérios para a caracterização de produtos e serviços HALAL:

I. Origem dos Ingredientes: Todos os ingredientes utilizados na produção devem ser de origem lícita (HALAL), excluindo-se quaisquer substâncias proibidas pela lei islâmica, como carne de porco, álcool e derivados.





Câmara dos Deputados

Gabinete do Deputado PADOVANI

Apresentação: 10/02/2025 16:15:24.107 - Mesa

PL n.356/2025

II. Certificação: Todos os produtos HALAL devem possuir certificação emitida por entidades reconhecidas nacional ou internacionalmente, que atestem a conformidade com os preceitos islâmicos, garantindo que não haja contaminação cruzada com produtos não HALAL e que todos os equipamentos e utensílios estejam devidamente higienizados conforme esses preceitos.

III. Rotulagem: Os produtos e serviços HALAL devem apresentar, de forma clara e visível, a informação de que são HALAL, incluindo o selo de certificação e o nome da entidade certificadora.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei será realizada pelos órgãos competentes, que deverão emitir relatórios periódicos sobre a conformidade dos produtos.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A demanda por produtos e serviços HALAL tem crescido significativamente no Brasil e no mundo, tanto pela comunidade muçulmana quanto por consumidores que buscam produtos com padrões específicos de qualidade e ética. A regulamentação da produção e comercialização desses produtos e serviços não apenas atende a uma necessidade de





Câmara dos Deputados

Gabinete do Deputado PADOVANI

mercado, mas também promove a inclusão e o respeito à diversidade religiosa e cultural. Além disso, a certificação HALAL pode abrir portas para o mercado internacional, especialmente em países com grandes populações muçulmanas, fortalecendo a economia brasileira e a indústria nacional. Sendo assim, solicitamos apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em de de 2025

PADOVANI
DEPUTADO FEDERAL



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2025

Dispõe sobre a autorização para produção e comercialização de produtos e serviços HALAL no território nacional e dá outras providências.

Autor: Deputado PADOVANI

Relator: Deputado BETO RICHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 356, de 2025, de autoria do nobre Deputado Padovani, dispõe sobre a autorização para produção e comercialização de produtos e serviços HALAL no território nacional e dá outras providências.

Na justificação do projeto, o ilustre Autor destaca que a demanda por itens e prestações de serviço com o selo HALAL tem crescido substancialmente no Brasil e globalmente. Esse aumento não seria restrito apenas à comunidade muçulmana, mas também atrai outros consumidores interessados em produtos que seguem padrões elevados de qualidade e princípios éticos.

Ainda, a formalização e o ordenamento legal para a fabricação e venda desses produtos e serviços não só respondem a uma necessidade de mercado já existente, mas também contribuem para a inclusão social e o respeito à diversidade cultural e religiosa. Adicionalmente, a existência de uma certificação HALAL reconhecida legalmente no Brasil pode abrir portas para o acesso a mercados internacionais, em especial aqueles com grande população



muçulmana. Esse movimento tem o potencial de fortalecer a economia nacional e impulsionar a indústria brasileira.

O Projeto foi distribuído, em 27/02/2025, às Comissões de Indústria, Comércio e Serviços; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Recebemos a honrosa missão de relatá-la, em 08/05/2025. Não foram apresentadas emendas até o final do prazo regimental para tal, em 27/05/2024.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, XXVIII, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Mercado HALAL de produtos Islâmicos, apresenta-se como uma oportunidade de crescimento e inclusão. Quando aplicado a produtos e serviços, o termo “HALAL” vai muito além da alimentação, abrangendo cosméticos, medicamentos, moda, serviços financeiros, turismo e logística.

Para ser considerado HALAL, um produto ou serviço deve estar **livre de qualquer elemento proibido** (como carne de porco, álcool, e seus derivados), ser processado e manuseado de forma higiênica e ética, sem envolver violências contra o animal.

O mercado global HALAL é um segmento em franca expansão, impulsionado não apenas pelo crescimento da população muçulmana mundial, mas também pela busca de consumidores de diferentes crenças por produtos que oferecem rastreabilidade, qualidade e padrões éticos elevados.

A população muçulmana, já com tamanho considerável, tende a se expandir nas próximas décadas.



Nesse sentido, o Projeto de Lei que busca regulamentar a produção e comercialização de produtos e serviços HALAL no Brasil se justifica por várias razões. O mercado interno brasileiro ainda é pouco explorado formalmente, tendo espaço para expansão.

Além disso, essa legislação auxiliaria no respeito à diversidade religiosa e cultural. A ausência de uma regulamentação, gera desconfiança sobre a autenticidade dos produtos rotulados como HALAL no mercado interno. Dessa forma, o Projeto terá um papel importante na redução dessa incerteza, inclusive gerando maior padronização e credibilidade dos produtos.

Essa regulamentação pode destravar investimentos, desenvolvendo novos nichos de produtos e serviços, gerando mais receita e empregos. Ainda, é algo que tem sido feito por diversos países, notadamente aqueles que têm uma população muçulmana relevante.

A iniciativa de legislar sobre o tema no Brasil, ainda que com algumas sugestões de aprimoramentos majoritariamente redacionais na forma de Substitutivo, é, portanto, um passo importante para a proteção do consumidor e o aproveitamento de uma oportunidade de mercado substancial.

Por todos os motivos expostos, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 356, de 2025, na forma de Substitutivo em anexo.**

É o voto.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BETO RICHA
Relator



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2025

Dispõe sobre a produção e a comercialização de produtos e serviços HALAL no território nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A produção, a comercialização, a importação e a exportação de produtos e serviços classificados como HALAL no território nacional submetem-se aos critérios e especificações estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se produtos e serviços HALAL aqueles que são preparados, processados, transportados, armazenados e comercializados em conformidade com os preceitos da lei islâmica e com as normas e certificações reconhecidas internacionalmente.

Art. 3º São critérios para a caracterização de produtos e serviços HALAL:

I - Origem dos Ingredientes: todos os ingredientes utilizados na produção devem ser de origem lícita (HALAL), sendo vedada a utilização de quaisquer substâncias proibidas pela lei islâmica, como carne de porco, álcool e seus derivados.

II - Certificação: os produtos e serviços HALAL deverão possuir certificação emitida por entidades reconhecidas nacional ou internacionalmente, que atestem a conformidade com os preceitos islâmicos. Essa certificação deverá garantir a ausência de contaminação cruzada com produtos não HALAL, bem como a higienização de equipamentos e utensílios, de acordo com os referidos preceitos.



III - Rotulagem: os produtos e serviços HALAL deverão apresentar, de forma clara e visível, a identificação HALAL, incluindo o selo de certificação e o nome da entidade certificadora.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei será realizada pelos órgãos competentes, que deverão emitir relatórios periódicos de conformidade dos produtos e serviços.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BETO RICHA
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 356/2025, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Beto Richa.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Beto Richa - Presidente, Any Ortiz e Josenildo - Vice-Presidentes, Amaro Neto, Heitor Schuch, Jack Rocha, Luis Carlos Gomes, Luiz Fernando Vampiro, Alexandre Lindenmeyer, Daniel Agrobom, Julio Lopes, Kim Kataguirí, Lucas Ramos, Luiz Gastão, Mauricio Marcon e Professor Alcides.

Sala da Comissão, em 01 de julho de 2025.

Deputado BETO RICHA
Presidente



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2025

Dispõe sobre a produção e a comercialização de produtos e serviços HALAL no território nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A produção, a comercialização, a importação e a exportação de produtos e serviços classificados como HALAL no território nacional submetem-se aos critérios e especificações estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se produtos e serviços HALAL aqueles que são preparados, processados, transportados, armazenados e comercializados em conformidade com os preceitos da lei islâmica e com as normas e certificações reconhecidas internacionalmente.

Art. 3º São critérios para a caracterização de produtos e serviços HALAL:

I - Origem dos Ingredientes: todos os ingredientes utilizados na produção devem ser de origem lícita (HALAL), sendo vedada a utilização de quaisquer substâncias proibidas pela lei islâmica, como carne de porco, álcool e seus derivados.

II - Certificação: os produtos e serviços HALAL deverão possuir certificação emitida por entidades reconhecidas nacional ou internacionalmente, que atestem a conformidade com os preceitos islâmicos. Essa certificação deverá garantir a ausência de contaminação cruzada com produtos não HALAL, bem como a higienização de equipamentos e utensílios, de acordo com os referidos preceitos.



III - Rotulagem: os produtos e serviços HALAL deverão apresentar, de forma clara e visível, a identificação HALAL, incluindo o selo de certificação e o nome da entidade certificadora.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei será realizada pelos órgãos competentes, que deverão emitir relatórios periódicos de conformidade dos produtos e serviços.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BETO RICHA
Relator

Deputado BETO RICHA
Presidente



FIM DO DOCUMENTO